

CIBELE YAHN DE ANDRADE
NORBERTO DACHS

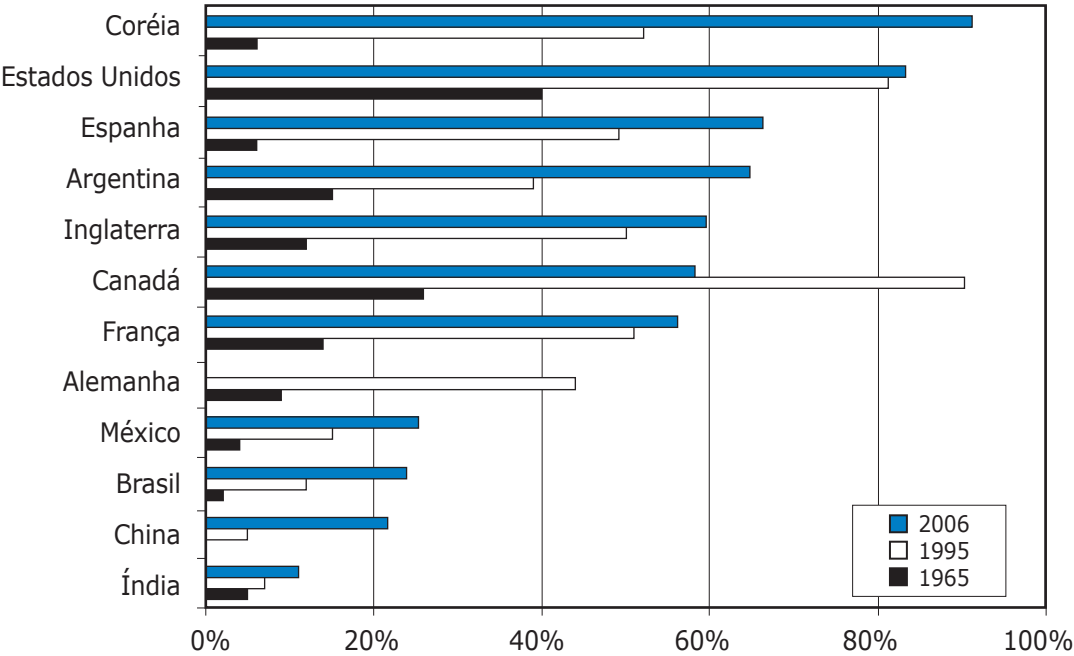
Uma análise do acesso à educação no Brasil por jovens de 18 a 24 anos no período de 1995 a 2006

**CIBELE YAHN DE
ANDRADE e
NORBERTO DACHS**
são pesquisadores do
Núcleo de Estudos de
Políticas Públicas (NEPP)
da Unicamp.

INTRODUÇÃO

A intensificação do conhecimento como insumo para o desenvolvimento econômico destacou nas agendas nacionais a questão do acesso ao ensino superior. Nos países mais desenvolvidos tal acesso cresceu intensamente nos trinta anos compreendidos entre 1965 e 1995, como mostra a Figura 1, com um crescimento menos intenso de 1995 a 2006.

FIGURA 1
Porcentagem de jovens com acesso ao ensino superior em 1965, 1995 e em 2006



Matrículas em relação à população de jovens de 18 a 24 anos

O Brasil apresentou um atraso bastante significativo em relação aos investimentos na educação. O reflexo disso pode ser percebido desde o final do século XIX, quando muitos países já tinham universalizado o

acesso à educação fundamental. Esse des-nível foi se acentuando com o passar dos anos, mostrando uma defasagem significativa afetando conseqüentemente o acesso ao ensino superior no Brasil.

Neste trabalho analisamos a evolução do acesso à educação no Brasil no período de 1995 a 2006, por jovens com idade entre 18 e 24 anos. Para melhor compreensão das restrições ao acesso ao ensino superior, que seria o nível compatível com essa faixa de idade, é necessário analisar a transição desses jovens nos ensinos fundamental e médio e as características da oferta do sistema de ensino superior.

DADOS E METODOLOGIA

Fonte dos dados e classificação dos níveis de escolaridade

Para o levantamento dos dados para o ensino superior considerou-se a população com idade compreendida entre 18 e 24 anos, consistentemente com as estatísticas internacionais, o que permite a comparabilidade das informações levantadas.

As informações apresentadas originaram-se da série das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos de 1995 a 2006.

As categorias estabelecidas para a classificação da situação de escolaridade da população com idade entre 18 e 24 anos são mostradas na Tabela 1.

Em relação às informações sobre as redes de ensino superior, pública ou privada, levamos em conta apenas os que se encontravam matriculados em cursos de graduação na ocasião da aplicação dos questionários da PNAD/IBGE, uma vez que os questionários aplicados não obtêm a informação sobre a esfera administrativa da instituição em que os informantes estudaram

anteriormente. Dessa forma, os dados sobre os matriculados no ensino superior público e privado não contemplam a informação se esses jovens concluíram ou não o curso que freqüentavam quando prestaram as informações ao IBGE. Por isso os qualificamos, para a finalidade deste trabalho, como parcela da população que *teve acesso ao ensino superior*. Outra consideração é que a PNAD introduz somente a partir de 2003 a informação sobre a rede de ensino ser pública ou privada.

Distribuição de rendimentos da população e classificação da cor autodeclarada

A informação sobre raça/cor pesquisada pelo IBGE é baseada em autodeclaração do informante, tendo como referência a cor da pele, de acordo com as seguintes alternativas apresentadas previamente: “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo”, além da categoria “indígena”¹.

Para a finalidade deste estudo, agregamos a população em apenas dois grupos: “brancos” e “não-brancos”. O grupo dos “não-brancos” é constituído pelas pessoas que se autodeclararam como pardos (42% do total da população) somados aos negros (6%) e aos índios (0,2%). Vale destacar que, nos quesitos levantados pelo presente trabalho, os negros e os pardos apresentam condições de escolaridade muito semelhantes. O grupo dos brancos é composto pelas pessoas que se autodeclararam como brancas (52% do total da população) somadas às que se autodeclararam como amarelas (0,4). O grupo dos amarelos, apesar de ser proporcionalmente pequeno e, por conseguinte, não alterar os resultados do grupo dos brancos, apresenta condições de escolaridade superiores em todos os quesitos levantados nesta pesquisa.

Para a classificação de rendimentos da população analisada foi utilizada a divisão em quintis da renda familiar *per capita*, ou

1 Segundo Schwartzman (1999) “existe muita insatisfação com estas categorias. Uma boa parte da população não se identifica e não gosta de alguns destes termos”. Em relação aos percentuais divulgados pelo IBGE ele afirma que “os resultados que se encontram são também criticados [...] Estes números segundo alguns críticos, ocultariam o verdadeiro tamanho da população negra no Brasil, que, se definida de forma análoga ao que ocorre nos Estados Unidos (segundo a origem étnica, no caso descendentes de africanos), chegaria a pelo menos 50% da população; e também deixaria de medir o verdadeiro tamanho da população indígena”.

TABELA 1
Classificação da situação de escolaridade da população com idade entre 18 e 24 anos

Classificação da situação de escolaridade	Situação de escolaridade apresentada nas PNADs
Não concluiu o ensino fundamental	Nunca freqüentou a escola Evadiu sem concluir o ensino fundamental Cursa o supletivo de ensino fundamental Cursa o regular do ensino fundamental Cursa alfabetização de adultos
Concluiu apenas o ensino fundamental	Não freqüenta, mas concluiu ensino fundamental Evadiu sem concluir o ensino médio Cursa o supletivo do ensino médio Cursa o regular do ensino médio
Concluiu o ensino médio "Qualificado para o ensino superior"	Freqüenta curso pré-vestibular Não freqüenta atualmente, mas concluiu o ensino médio
Teve acesso ao ensino superior (Freqüenta ou não)	Freqüenta o ensino superior Evadiu sem concluir o superior Freqüenta a pós-graduação Freqüentou a pós-graduação

seja, a razão entre a soma das rendas de todos os membros do domicílio e o número de membros desse domicílio. Considera-se ainda que a PNAD introduz, somente a partir de 2003, a informação sobre as categorias pública e privada em relação às redes de ensino.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR

Na década de 70, paralelamente a um crescimento limitado do setor público, há um primeiro ciclo de expansão ocorrido no âmbito do ensino privado. Tal crescimento introduziu uma diferenciação e hierarquiza-

ção entre os estabelecimentos. Às antigas universidades privadas de natureza confessional ou não-lucrativa, somaram-se, em maior número, as instituições criadas pela iniciativa empresarial. Passam a predominar pequenas instituições isoladas dedicadas exclusivamente ao ensino para atendimento da demanda e cujos padrões de qualidade se constituíram de modo bastante heterogêneo. Assiste-se também, a partir da década de 80, apesar da desaceleração do crescimento nesse período, à transformação de instituições isoladas em universidades, até então prerrogativa limitada às instituições públicas e algumas de natureza confessional.

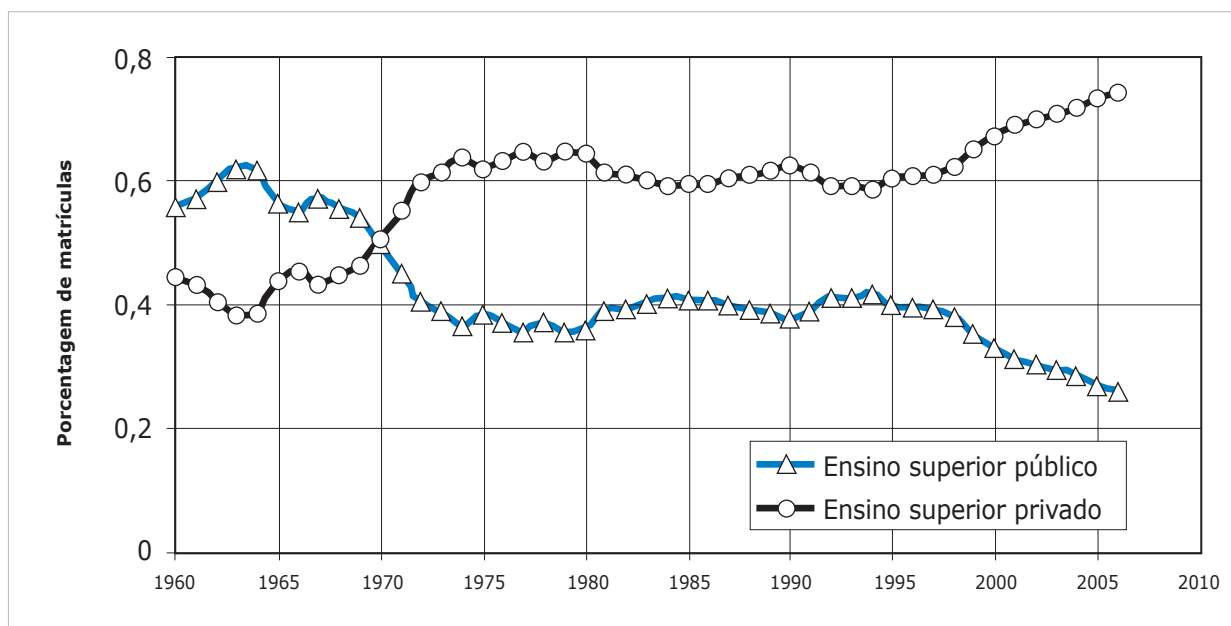
Nos anos 90 a expansão do ensino superior foi intensa e ancorada, fundamentalmente, no setor privado. Em ritmo menor, cresce também a oferta pública (Fapesp, 2001)².

² Parte dos dados apresentados neste artigo originaram-se do trabalho de pesquisa para a publicação: "Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – Fapesp". Porém, a análise aqui apresentada é de inteira responsabilidade dos autores deste artigo.

Em consequência, a participação do segmento particular passou de 62% para 70%, no Brasil. Ritmo intenso de crescimento, tanto em termos absolutos como relativos. O setor público, por sua vez, apresentou queda significativa em sua participação. As instituições federais e estaduais – responsáveis pela oferta do ensino gratuito – apresentaram queda proporcional em relação ao crescimento do setor privado de 32% para 27% das matrículas no Brasil.

nas demais regiões do país, embora com intensidades e patamares diferentes. Na Região Sudeste, excluindo-se o estado de São Paulo, as matrículas no setor privado passam de 64%, em 1995, para 81%, em 2006; na Região Sul, de 51% para 73%; e nas regiões Nordeste e Norte, de 32% e 28% para 55% e 74%, respectivamente. No estado de São Paulo a variação nos anos 90 e início dos anos 2000 foi de 80% para 84% (Andrade, 2004).

FIGURA 2
Participação das matrículas entre instituições públicas e privadas³



Nesse período prossegue o movimento de transformação interna das instituições. Transformam-se de instituições isoladas privadas em universidades, ao mesmo tempo em que crescem em número de matrículas. Ademais a multiplicação dos *campi* e a diversificação dos cursos empreendida por parte das universidades recentemente criadas são tendências características (Fapesp, 2001).

Esses fenômenos ocorreram primeiramente e de forma mais intensa no estado de São Paulo e depois nos demais estados da região. A seguir, a mesma tendência de crescimento do setor privado ocorre

Os significativos movimentos de desconcentração e interiorização relacionam-se, por um lado, à melhoria do perfil de escolaridade e também à dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do país que se caracteriza-se pela crescente desconcentração e diversificação das cadeias produtivas, expansão do agronegócio e do setor de serviços e pelo crescimento das cidades médias, acompanhados do aumento dos requisitos educacionais exigidos pelo mercado de trabalho e, por outro, da procura do setor privado de ensino superior por novos mercados para contínua expansão.

³ Gráfico extraído de Carvalho, 2002. Atualizado para 1985 a 2006, pelos autores deste artigo, a partir dos dados da Sinopse do Ensino Superior, 2002, Inep/MEC.

O quadro dinâmico de transformações do ensino a partir dos anos 90, caracterizado pela descentralização geográfica no sentido da desconcentração de matrículas de São Paulo para os demais estados da Região Sudeste e desta para as outras regiões do país, complementa-se também pelo fenômeno da interiorização. Tal fenômeno pode ser observado através da maior participação relativa de matrículas nas cidades interioranas brasileiras em relação às capitais dos estados.

Paralelamente a esses movimentos verifica-se ainda o incremento proporcional de matrículas no período noturno nas instituições já estabelecidas. Temos hoje 61% do total das matrículas oferecidas em cursos noturnos. Quando se observa a oferta de matrículas noturnas, exclusivamente na rede pública nacional, chama atenção seu baixo percentual. As instituições federais, apesar de terem aumentado essa proporção nos últimos anos, respondem, em 2006, por apenas 25% dos alunos matriculados no turno noturno⁴, e a rede estadual brasileira faz o movimento inverso das demais redes. Oferecia 46% das matrículas noturnas em 1998 e reduz para 41% em 2006.

Nas universidades estaduais paulistas, nota-se o esforço em atender ao dispositivo constitucional que torna obrigatória a oferta de um terço de suas vagas no período noturno. De fato, o percentual de matrículas em seus cursos noturnos cresceu de 24%, em 1998, para 35%, em 2005. No entanto, ainda há uma série de cursos oferecidos por essas instituições, como medicina, odontologia, entre outros, que, devido à carga horária e à dedicação exclusiva, exigem do alunado o estudo em tempo integral. Esse fato é um limitante à expansão de vagas no período noturno⁵.

Outro fator importante de diferenciação entre o ensino superior público e o privado é o conjunto das áreas de conhecimento nas quais os cursos são oferecidos. As instituições privadas oferecem principalmente cursos nas áreas de humanas ou de formação geral. Dessa forma, devido à preponderância quantitativa do setor privado, o resultado é que mais de 60% dos alunos no Brasil se formam em apenas quatro áreas: ciências

sociais/negócios/direito e educação. A seguir, a área de saúde e bem-estar social apresenta um percentual de formados bem inferior, em torno de 13%. As áreas de ciências/matемática/computação e engenharia vêm em 3º lugar, apresentando percentuais inferiores a 10% dos concluintes (Censo do Ensino Superior).

As estaduais paulistas e a rede federal em seu conjunto⁶ apresentam uma oferta mais equilibrada entre as áreas de conhecimento. O restante da rede estadual, longe de apresentar esse equilíbrio, concentra mais da metade de seus formandos em apenas uma área (54,5% em educação), percentual ainda mais alto do que o apresentado pelas particulares.

Levando-se em consideração que a demanda potencial pelo ensino superior é composta, em parte, pelos concluintes do ensino médio, podemos constatar que a oferta de vagas noturnas na rede pública é ainda insuficiente, em face da predominância do alunado que conclui o ensino médio público no período noturno. O contingente de concluintes no setor público é composto por 84% do total dos concluintes, e desses 57% cursaram o período noturno. O ensino médio privado, por sua vez, é responsável por apenas 16% dos concluintes, sendo apenas 1% no período noturno (dados do Censo Escolar ME/Inep, 2006).

Grande parte dessa demanda potencial tem sido atendida pelo ensino superior privado. Esse setor foi responsável, em 2006, por 84% do total das matrículas oferecidas no período noturno. Na rede privada predomina também a oferta de cursos que não exigem dedicação exclusiva – período integral – como vimos acima.

Em resumo, a distribuição de matrículas noturnas na graduação, de modo geral, tem um comportamento similar àquela do alunado concluinte do ensino médio nesse turno. Porém, segundo a dependência administrativa, a disparidade entre as matrículas de graduação e as conclusões no ensino médio noturno revela a inadequação do fluxo escolar entre os dois níveis de ensino, podendo representar um dos gargalos à expansão do acesso ao ensino superior.

4 Vale salientar que esse indicador é uma média entre instituições muito heterogêneas. Algumas oferecem mais de 40% de suas matrículas em cursos noturnos, enquanto outras menos de 10%. A título de exemplificação, no primeiro caso, citase a Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal do Acre.

5 Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para todas as modalidades do curso de engenharia, carreira típica de dedicação em período integral, são ofertadas vagas no noturno.

6 É preciso, no entanto, levar em conta a heterogeneidade de porte e qualidade das instituições federais. Por exemplo, enquanto as federais do Rio de Janeiro (UFRJ), Minas Gerais (UFMG), Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasília (UnB) e Santa Catarina (UFSC) apresentam uma proporção de mais de 50% de professores doutores, outras federais, tais como as do Amapá, Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima possuem menos de 10% de professores doutores (Dados e Indicadores das Instituições Federais de Ensino Superior, 2000, Brasília, DF, novembro de 2002).

CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA/EVOLUÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1995 A 2006

O contingente populacional considerado como demanda adequada para o ensino superior é aquele composto pela população com idade entre 18 e 24 anos. Esse é o indicador utilizado pelas agências internacionais. Porém, no Brasil, essa faixa etária representa apenas pouco mais da metade daqueles que freqüentam o ensino superior. Devido ao atraso escolar, à entrada precoce no mercado de trabalho, às dificuldades em cumprir com o pagamento das mensalidades, entre outras dificuldades das gerações mais novas, as faixas etárias mais velhas têm grande representação entre aqueles que freqüentam o ensino superior, pois sofrem a pressão do mercado de trabalho no sentido de obter maior escolaridade.

Apesar da intensa expansão da oferta de vagas ocorrida no Brasil, nos últimos anos, o percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos freqüentando o ensino superior, em 2006, é de apenas 16% (Inep/MEC, 2006). No entanto, para analisar as possibilidades de expansão do acesso a esse

segmento do ensino, é preciso levar em conta não apenas a idade, mas também a qualificação formal necessária para o acesso. Nesse sentido, é necessário examinar tanto o nível de escolaridade alcançado pelos jovens como a evolução obtida nos últimos anos.

O acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos

Os dados apresentados a seguir evidenciam que o atraso escolar é uma das restrições ao acesso de jovens brasileiros ao ensino superior: 27% dos jovens de 18 a 24 anos não haviam sequer completado o ensino fundamental e outros 27%, apesar de terem completado o ensino fundamental, não ingressaram no ensino médio, ou ingressaram, mas não o concluíram. Esses contingentes somados representam mais da metade dos jovens (54%) sem a qualificação formal para ingressarem no ensino superior. Em números absolutos são mais de 12 milhões de jovens. Temos outros 30% que concluíram o ensino médio, mas não tiveram acesso ao ensino superior. E, finalmente, apenas 16% que tiveram acesso ao ensino superior, segundo os dados da PNAD, 2006. Em números absolutos representam 7 milhões de jovens com escolaridade de nível

TABELA 2
Taxa da população com idade entre 18 e 24 anos, segundo o nível de escolaridade. Brasil – 2006

Situação escolar	%
Não concluiu o ensino fundamental	27%
Concluiu apenas o ensino fundamental	27%
Concluiu o ensino médio	30%
Teve acesso ao ensino superior	16%
Total	100%

Fonte: PNAD/IBGE, 2006.

TABELA 3
Evolução do acesso à educação em termos de percentuais da população na idade de 18 a 24 anos, segundo o nível de escolaridade. Brasil – 1995 e 2006

	1995		2006		Var.
	abs.	%	abs.	%	
Não concluiu o ensino fundamental	10.543.903	58%	6.462.254	27%	-39%
Concluiu apenas o ensino fundamental	4.198.864	23%	6.408.301	27%	53%
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	2.192.191	12%	7.206.627	30%	229%
Teve acesso ao ensino superior	1.320.357	7%	3.691.272	16%	180%
Total	18.255.315	100%	23.768.454	100%	

Fonte: PNAD/IBGE, 1995 e 2006.

médio e outros 3,7 milhões que tiveram acesso ao ensino superior.

A seguir comentamos as variações observadas entre 1995 e 2006.

De 1995 a 2006 o percentual de jovens que não concluíram o ensino fundamental reduziu-se praticamente pela metade, de 58% para 27%, uma queda expressiva. Mesmo assim, permanece o significativo índice de aproximadamente 30% de jovens sem concluir o ensino fundamental.

O percentual dos jovens que, apesar de ter concluído o ensino fundamental, não prosseguiram os estudos no ensino médio manteve-se praticamente inalterado durante o período em foco, variando de 23% para 27%.

O percentual daqueles que atingiram o ensino médio como o mais alto grau de escolaridade apresentou expressivo crescimento de 229%, mas sobre uma base pequena, pois passou de 12% para 30%. A atual proporção de 30% de concluintes do ensino médio ainda representa um percentual muito distante daquele encontrado em países mais desenvolvidos que beira à universalização do acesso a esse nível de ensino.

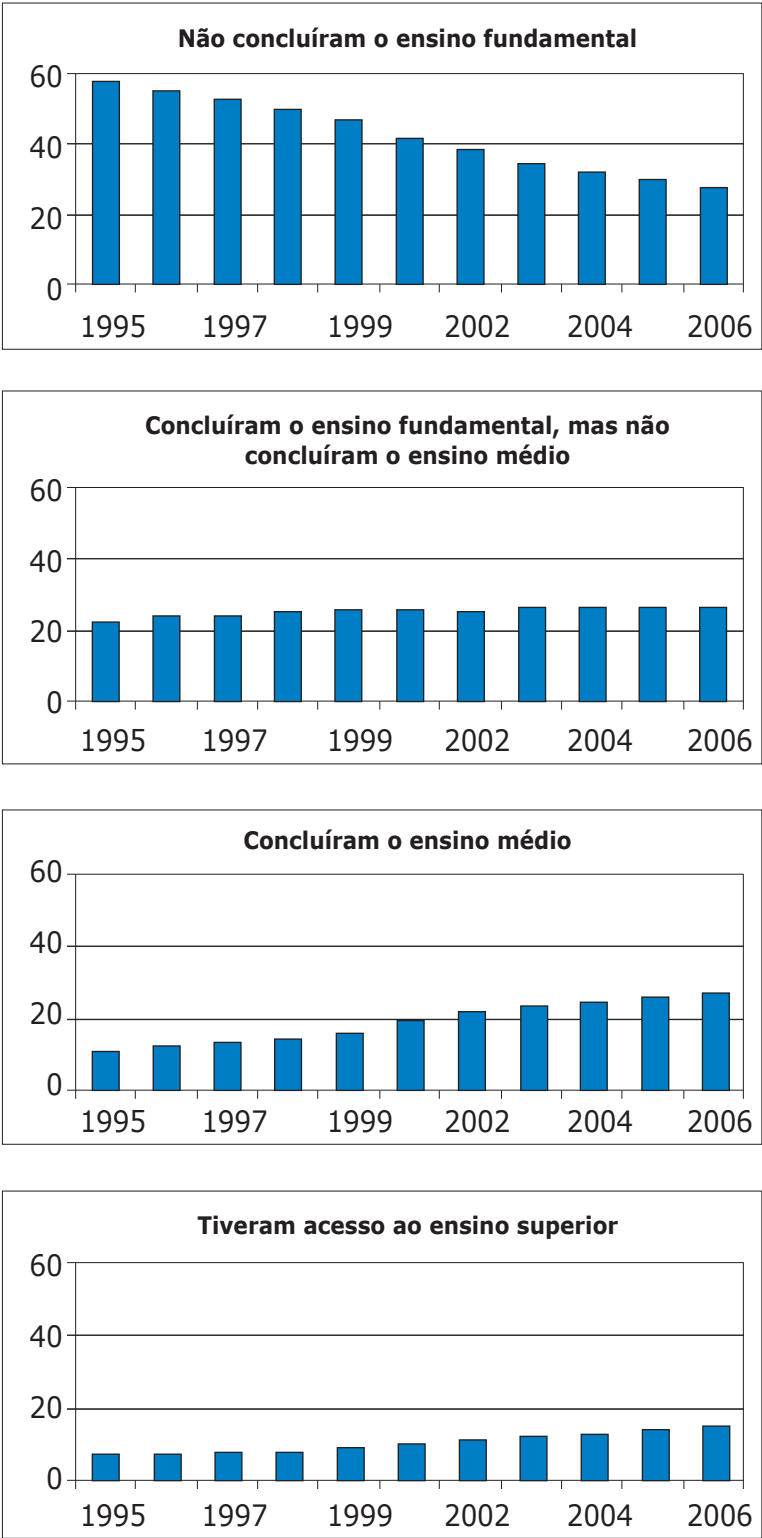
Finalmente, a parcela daqueles que tiveram acesso ao ensino superior cresceu apenas de 7% para 16% durante os dez anos analisados (Tabela 3).

As séries históricas da evolução do acesso à educação dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil são mostradas na Figura 3.

Evolução do acesso segundo a cor da pele autodeclarada

Como vimos, grande parcela da população jovem não possui os requisitos educacionais formais necessários para o acesso ao nível superior: mais de 50% sequer atingiram o nível médio e, desses, a metade não atingiu nem ao menos a conclusão do ensino fundamental. É muito reduzida a parcela que chegou a ingressar em cursos de nível superior. Além dessa constatação, podemos verificar que os níveis de escolaridade se diferenciam entre os jovens que se autodeclararam pertencentes à população branca e não-branca. A população não-branca apresenta níveis inferiores de escolaridade em relação à população branca. As maiores diferenças podem ser observadas entre aqueles que não concluíram sequer o ensino fundamental e entre os que tiveram acesso ao ensino superior. No primeiro caso, temos 18% de brancos e 36% de não-brancos. No segundo caso, são 24% de brancos

FIGURA 3
Evolução do acesso à educação no Brasil para jovens com idade entre 18 e 24 anos



Fonte: PNAD/IBGE

TABELA 4
Acesso à educação segundo a cor autodeclarada

	Brancos	Não-brancos	Todos
Não concluiu o ensino fundamental	18%	35%	27%
Concluiu apenas o ensino fundamental	23%	29%	26%
Concluiu o ensino médio	33%	27%	30%
Teve acesso ao ensino superior	24%	7%	15%
Total	100%	100%	100%

Fonte: PNAD 2006

e apenas 7% de não-brancos.

As diferenças são menos acentuadas entre aqueles que concluíram, ao menos, o ensino fundamental e aqueles que lograram atingir a conclusão do ensino médio, como podemos observar na Tabela 4.

A Tabela 5 mostra que o nível de escolaridade daqueles que se autodeclararam brancos progrediu de forma mais expressiva no sentido de atingir a conclusão do ensino médio e de ter acesso ao ensino superior. Enquanto a maioria dos não-brancos progrediu no sentido de atingir

a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio⁷. O contingente de jovens que lograram atingir a conclusão do ensino médio passa a ser muito semelhante entre brancos e não-brancos (1.657.602 e 1.505.557 respectivamente). Ou seja, a grande diferença da evolução no período analisado localiza-se na quantidade de jovens autodeclarados como brancos que atingiram o ensino superior (1.657.602 pessoas) enquanto quantidade semelhante de não-brancos atingiu a conclusão do ensino fundamental (2.006.375 pessoas).

⁷ É importante destacar que, em toda a análise aqui realizada, quando nos referimos a “concluíram o ensino médio” significa na realidade que “concluíram no máximo o ensino médio”, ou seja, trata-se da parcela de jovens que, apesar de terem a qualificação formal, não tiveram acesso ao ensino superior.

TABELA 5
Número de jovens com idade de 18 a 24 anos e variação entre 1995 e 2006 segundo as categorias de acesso à educação analisadas neste trabalho

Brancos			
	1995	2006	Variação
Não concluiu o ensino fundamental	4.636.355	2.060.263	-2.576.092
Concluiu apenas o ensino fundamental	2.482.641	2.685.703	203.062
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	1.481.901	3.815.924	2.334.023
Teve acesso ao ensino superior	1.112.065	2.769.667	1.657.602
Não-brancos			
Não concluiu o ensino fundamental	5.907.548	4.401.991	-1.505.557
Concluiu apenas o ensino fundamental	1.716.223	3.722.598	2.006.375
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	710.290	3.390.703	2.680.413
Teve acesso ao ensino superior	208.292	921.605	713.313

Evolução do acesso segundo a renda familiar *per capita*

O acesso às categorias educacionais descritas na Tabela 1 em 1995 e em 2006 bem como a variação em números absolutos são mostrados na Tabela 6 para o 1º e para o 5º quintis da distribuição de renda *per capita* familiar.

De 1995 para 2006, no 1º quintil, 571 mil jovens a mais passaram a concluir o ensino fundamental, o que pode ser considerado um resultado auspicioso. Entretanto, no acesso ao ensino superior o progresso foi extremamente limitado: apenas 21 mil jovens a mais passaram a frequentar o ensino superior.

Ao mesmo tempo, 369 mil jovens do 1º quintil concluíram o ensino médio, o que indica uma real barreira no acesso ao en-

sino superior para jovens mais pobres. De outro lado, e em forte contraste, no mesmo período para o 5º quintil se observa que ao lado de um aumento de 1,2 milhão de jovens concluindo o ensino médio sem ir ao ensino superior se associa a um aumento de 1,7 milhão de jovens chegando ao ensino superior indicando que mais da metade dos novos concluintes do ensino médio nessa faixa de renda obtém acesso ao ensino superior.

O contraste entre o acesso ao ensino superior para os jovens do 5º quintil em relação aos do 1º quintil merece ser destacado: no 1º quintil, 1% dos jovens, em 2006, chegam ao ensino superior. Para os jovens do 5º quintil este percentual é 43%, fazendo com que a chance de um jovem do 5º quintil chegue ao ensino superior seja 43 vezes maior do que para um jovem do 1º quintil. Voltaremos a esse ponto nas Conclusões.

TABELA 6
Categorias de acesso à educação em 1995, em 2006 e variação absoluta

	1995	2006	Variação
1º quintil			
Não concluiu o ensino fundamental	2.495.305	1.923.824	-571.481
Concluiu apenas o ensino fundamental	299.948	918.218	618.270
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	62.705	431.655	368.950
Teve acesso ao ensino superior	14.249	35.429	21.180
Total	2.872.207	3.309.126	436.919
5º quintil			
Não concluiu o ensino fundamental	1.131.347	368.766	-762.581
Concluiu apenas o ensino fundamental	1.373.089	1.037.328	-335.761
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	1.048.182	2.212.910	1.164.728
Teve acesso ao ensino superior	1.071.186	2.764.753	1.693.567
Total	4.623.804	6.383.757	1.759.953

Fonte: PNAD 1995 e 2006

TABELA 7
Distribuição percentual do acesso ao ensino superior público e ao ensino superior privado, segundo os quintis de renda para jovens com idade de 18 a 24 anos

	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total
Ensino superior público	0,95	4,00	9,33	17,83	67,88	792.994
Ensino superior privado	0,84	1,29	5,35	15,35	77,17	2.166.389
Total	0,87	2,02	6,42	16,01	74,69	2.959.383

Fonte: PNAD 2006

Acesso ao ensino superior público e privado

A Tabela 7 mostra a distribuição das matrículas no ensino superior público e privado segundo a condição de renda da população, classificada em quintis. Do total de 2.959.383 de jovens com idade entre 18 e 24 anos que cursavam o ensino superior em 2006, 27% encontravam-se no setor privado e 73% no ensino superior público. Podemos observar que os percentuais de participação no ensino superior crescem conforme cresce a renda e essa tendência ocorre tanto no setor privado como no setor público.

No decorrer dos últimos quatro anos não houve alterações significativas na distribuição de vagas do ensino superior. Em todos os quintis de renda as proporções de acesso se mantêm praticamente sem alterações entre os anos de 2003 e 2006 (Tabela 7).

Os jovens pertencentes ao quintil mais alto da renda respondem por 75% do total das matrículas, havendo uma tendência decrescente em direção aos quintis de menor renda.

Como vimos, a maioria das vagas no ensino superior é oferecida pelo setor privado, havendo mais de 2 milhões de

matriculados nesse setor, segundo os dados da PNAD/2006. Em comparação, o setor público responde por 37% das matrículas, sendo, em números absolutos, menos de 800 mil alunos.

No ensino superior público o número de matrículas de jovens dos quintis de menor renda apresenta-se superior ao que se observa no ensino superior privado. Para jovens do 1ª e 2ª quintis a presença no ensino superior público é mais que o dobro da que se verifica no ensino superior privado. Inversamente, nos quintis mais altos a presença dos jovens é maior no ensino superior privado do que no ensino superior público.

Em resumo, a presença da parcela mais rica da população no ensino superior é muito maior do que dos outros estratos da renda, e eles ocupam, proporcionalmente, mais vagas no setor privado do que no setor público. Essa constatação contraria o senso comum, amplamente divulgado pela imprensa, de que “os ricos estudam nas universidades públicas e gratuitas, enquanto os pobres têm acesso quase que exclusivamente ao ensino superior privado”. Ou seja, os pobres têm tido pouco acesso ao ensino superior no Brasil, mas aqueles poucos que aí chegam ocupam proporcionalmente mais vagas no ensino superior público do que no ensino superior

privado. Esse fenômeno reforça a necessidade da ampliação das vagas públicas e gratuitas e em cursos noturnos no sistema do ensino superior nacional.

CONCLUSÕES

Em conclusão, pode-se afirmar que, mesmo com os importantes ganhos em termos de acesso à educação verificados no Brasil para jovens de idade entre 18 e 24 anos, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Atualmente há pelo menos duas importantes restrições na oferta de oportunidades de acesso ao ensino superior. Primeiro, existe uma baixa taxa de sucesso, especialmente nos quintis de menor renda, na conclusão do ensino médio e, até mesmo, do ensino fundamental. Pelo menos 54% dos jovens na faixa de idade estudada não concluem o ensino médio, sendo que, destes, 27% não concluem nem mesmo o ensino fundamental.

A segunda importante restrição é o pequeno número de vagas em cursos no ensino superior público. Esse fato afeta especialmente os jovens mais pobres, visto que nos quintis de menor renda a presença relativa no ensino superior público é duas vezes maior do que no privado.

Pelo lado do acesso, um importante resultado dos dados mostrados é que se pode, a partir deles, aferir o papel da renda e da cor autodeclarada em determinar a intensidade de cada uma dessas duas restrições ao acesso ao ensino superior.

Há um efeito limitado da cor autodeclarada: para jovens do 1º quintil de renda a cor branca aumenta por um fator 6 a chance de acesso ao ensino superior. No 5º quintil a cor branca aumenta por um fator 2 as chances.

A dimensão renda familiar *per capita* causa diferenças bem mais intensas: para os jovens com cor autodeclarada branca estar no 5º quintil aumenta as chances de acesso ao ensino superior 18 vezes. Para aqueles com cor autodeclarada não-branca as chances aumentam de forma impressionante: 64 vezes.

Pode-se supor que os efeitos observados em relação aos dados da Tabela 8 seriam mitigados ao se reduzir a diferença de renda das classes comparadas, mas isso não é o que se observa. Na Tabela 9 mostra-se os percentuais de acesso ao ensino superior considerando-se na classe de menor renda a soma do 1º e 2º quintis e na de maior renda o 4º e 5º quintis.

O efeito da cor autodeclarada torna-se menos evidente para a classe de menor renda: a diferença de percentuais de acesso varia por um fator 3 em vez de 6 quando a comparação usa apenas o 1º quintil. Para a classe de maior renda o fator favorecendo os de cor autodeclarada branca permanece em torno de 2.

Na dimensão renda familiar *per capita* a vantagem para a classe de maior renda é 13 entre os autodeclarados brancos e 20 entre os autodeclarados não-brancos, permanecendo o efeito renda bem mais intenso do que o efeito cor autodeclarada.

Em resumo, para todas as categorias de renda nota-se que os não-brancos apresentam piores condições de escolaridade que os brancos, fato já amplamente documentado no Brasil. No entanto, a renda familiar *per capita* constitui-se um determinante bem mais forte do que a variável cor da pele⁸.

8 Muitos pesquisadores têm se dedicado à análise da correlação entre cor da pele dos indivíduos e sua evolução no sistema educacional. Entre outros podemos citar: Jaccoud & Beghin, 2002; Guimarães, 2003; Beltrão, 2003; Beltrão & Teixeira, 2004; Oliveira, 2005; Soares et al., 2005. Outros pesquisadores demonstram que a introdução de determinadas variáveis, tais como a distribuição regional da população, os anos de estudo do chefe do domicílio, chefia feminina, o tamanho das famílias e especialmente a renda, não elimina o efeito da cor nas diferenças de acesso das crianças ao ensino regular, mas causa uma redução bastante considerável. Ver Barros, 2001; Henriques, 2001; Hasenbalg & Silva, 1999, entre outros. Schwartzman (1999), por sua vez, associou a condição de raça/cor e anos de estudo dos indivíduos segundo o rendimento médio mensal. Conclui que "é claramente a educação e não a cor, raça ou origem o grande fator de desigualdade na sociedade brasileira", porque a diferença de rendimentos, por ele encontrada, entre os mais educados e os menos educados é de 9,9 vezes. Diferença muito maior do que a encontrada entre raça e cor (2,2 vezes) entre os que ganham mais (amarelos) e os que ganham menos (pardos) com o mesmo nível de escolaridade.

TABELA 8

Resumo dos percentuais de jovens que chegam ao ensino superior em função da renda familiar *per capita* e da cor autodeclarada

	1º quintil	5º quintil	Var.
Branco	2,8%	49,1%	17,9
Não-branco	0,5%	29,6%	64,2
Var.	6,0	1,7	

Fonte: PNAD 2006

TABELA 9

Resumo dos percentuais de jovens que chegam ao ensino superior em função da renda familiar *per capita*, usando a soma de dois quintis, e da cor autodeclarada

	1º e 2º quintis	4º e 5º quintis	Var.
Branco	2,8%	36,5%	13,0
Não-branco	0,9%	18,0%	19,6
Var.	3,0	2,0	

Fonte: PNAD 2006

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Cibele Yahn. “Ensino Superior: Expansão e Desafios”, in *ComCiência*, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, número 54, maio de 2004.

BARROS, Ricardo P. de. et al. “Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil”, in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 834, Rio de Janeiro, 2001.

BELTRÃO, Kaizô I. “Acesso à Educação: Diferenciais entre os Sexos”, in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 879, Rio de Janeiro, 2002.

_____. “Alfabetização por Sexo e Raça no Brasil: um Modelo Linear Generalizado para Explicar a Evolução no Período 1940-2000”, in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 1.003, Rio de Janeiro, 2003.

_____; TEIXEIRA, Moema de P. “O Vermelho e o Negro: Raça e Gênero na Universidade Brasileira — uma Análise da Seletividade das Carreiras a Partir dos Censos Demográficos de 1960 a 2000”, in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 1.052, Rio de Janeiro, 2004.

CAMARANO, Ana A. et al. “Caminhos para a Vida Adulta: as Múltiplas Trajetórias dos Jovens Brasileiros”, in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 1.038, Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984)*. Dissertação de mestrado. Campinas — Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. “Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro: Tendências e Perspectivas”. Trabalho apresentado ao Seminário Especial Um Modelo de Educação para o Século XXI. Rio de Janeiro, 1998.

_____. “Enfoque e Perspectivas da Avaliação para o Ensino de Graduação”. Trabalho apresentado ao Seminário Novos Rumos da Graduação: Políticas de Ensino e de Avaliação. Recife, XV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, mai./2002.

_____. “Estratégia de Adaptação do Sistema de Educação para Atender à Economia do Conhecimento”. Trabalho apresentado ao XIV Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, in *Estudos e Pesquisas*, nº 24, Rio de Janeiro, mai./2002.

_____. “Estado, Mercado e Desigualdades Sociais no Ensino Superior”, in Lauro Morthy (org.). *Universidade em Questão*. Brasília, Editora UnB, 2003.

CORBUCCI, Paulo. “O Ensino Superior Brasileiro na Década de 90”, in *Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise*, n. 2, Ipea, fev./2001.

- CORSEUIL, Carlos H.; SANTOS, Daniel D.; FOGUEL, Miguel N. "Decisões Críticas em Idades Críticas: a Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em Outros Países da América Latina", in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 797, Rio de Janeiro, 2001.
- CUNHA, Luiz Antonio. "Critério de Avaliação e Credenciamento do Ensino Superior: Brasil e Argentina", in Jacques Velloso (org.). *O Ensino Superior e o Mercosul*. Brasília, Garamond/Unesco, 1998.
- _____. "O Ensino Superior no Octênio FHC", in *Educação e Sociedade*, v. 24, n. 82, abr./2003.
- DURHAM, Eunice R. *Uma Política para o Ensino Superior Brasileiro: Diagnóstico e Proposta*. São Paulo, Nupes, 1998 (documento de Trabalho Nupes 1/98 — Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP).
- FAPESP. *Indicadores de Ciência e Tecnologia e Inovação em São Paulo — Capítulo 3: Ensino Superior: Perfil da Graduação e da Pós-graduação*. Fapesp, São Paulo, 2004.
- FERNANDES, Danielle C. *Estratificação Educacional, Origem Socioeconômica e Raça no Brasil: as Barreiras da Cor* (Concurso de Monografia — Prêmio Ipea 40 anos — Ipea-Caixa, 2004 — Tema "A Superação das Desigualdades Sociais no Brasil"). Digitado.
- FERRARO, Alceu R.; MACHADO, Nadie C. F. "Da Universalização do Acesso à Escola no Brasil", in *Educação & Sociedade*, ano 23, nº 79, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. "Acesso de Negros às Universidades Públicas", in *Cadernos de Pesquisas*, nº 118, 2003.
- HENRIQUES, Ricardo. "Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90", in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 807, Rio de Janeiro, 2001.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil: um Balanço da Intervenção Governamental*. Brasília, Ipea, 2002.
- OLIVEIRA, Fátima. "Ser Negro no Brasil: Alcances e Limites", in *Estudos Avançados*, v. 18, nº 50, 2005.
- OSORIO, Rafael G. "A Mobilidade Social dos Negros Brasileiros", in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 1.033, Rio de Janeiro, 2004.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: do que se Trata*. Rio de Janeiro, 2003.
- SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo. *Equidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro*. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. "Fora de Foco: Diversidade e Identidades Étnicas no Brasil", in *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, 1999, pp. 83-96.
- SOARES, José F.; ALVES, Teresa G. "Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica, in *Educ. Pesqui.*, v. 29, n. 1, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-9702200300100011&script=sci_arttex&lng=pt>. Acesso em 2 de maio 2005.
- SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. "Os Jovens de 18 a 25 anos: Retrato de uma Dívida da Política Educacional", in *Texto para Discussão — Ipea*. nº 954, Rio de Janeiro, 2003.
- ZUCHI, Juliana. *Desigualdade de Renda no Brasil em 2001: a Influência da Cor e da Educação* (Concurso de Monografias — Prêmio Ipea 40 anos — Ipea-Caixa, 2004 — Tema "A Superação das Desigualdades no Brasil"). Digitado.
-